



CURSO MODULAR DE QUESTÕES CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE

A Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos,

Considerando que a atividade da Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP), vinculada à Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) visa ao aperfeiçoamento, capacitação e qualificação das defensoras e defensores públicos através de diversas atividades, como cursos, seminários, aulas, audiências públicas, entre outras;

Considerando que a ENADEP tem por objetivo também a educação em direitos, conforme o artigo 4º da Lei Complementar Nº 80/94, que afirma que é função institucional expressa da defensora e do defensor público promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico.

Considerando a visão da ENADEP de disseminar conhecimento jurídico de excelência baseado na ação transformadora de toda pessoa humana;

Considerando que a assistência jurídica prestada pelo Estado está a cargo das Defensorias Públicas por meio do trabalho de defensoras e defensores públicos e seus auxiliares;

RESOLVE lançar o presente EDITAL de abertura do “**Curso Modular de Questões Climáticas e Meio Ambiente**” a ser realizado em formato virtual, por meio do aplicativo ZOOM, sob a coordenação-geral do Defensor Público Cristiano Matos, Diretor da Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos.

A atividade, que será certificada, destina-se a defensoras e defensores públicos estaduais associadas e associados da ANADEP, além de ouvidoras e ouvidores das Defensorias Públicas dos Estados e do DF, que tenham interesse em relação à temática.

As pessoas interessadas em participar devem acessar o site da ANADEP (www.anadep.org.br) para fazer a inscrição até as **12 horas (de Brasília) de 28 de setembro de 2023.**



CURSO MODULAR DE QUESTÕES CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO: O Curso Modular de Questões Climáticas e Meio Ambiente será ministrado por profissionais especializados em direito ambiental e justiça climática, incluindo especialistas e defensores públicos com vasto conhecimento teórico e prático na área. O objetivo do curso é proporcionar aos defensores públicos uma compreensão aprofundada dos fundamentos do direito ambiental e da justiça climática, além de fornecer *insights* sobre estratégias jurídicas eficazes. O curso também abordará casos de litígios climáticos baseados em direitos humanos, promovendo um aprendizado prático e aplicável à realidade atual.

2. METODOLOGIA: A metodologia do curso consistirá na apresentação do tema por um ou dois especialistas na área de direito ambiental e justiça climática, dentro de uma perspectiva multidisciplinar, seguida por uma sessão de perguntas e respostas mediada por um moderador. O especialista fornecerá os conhecimentos teóricos e práticos necessários, enquanto o moderador garantirá a interação e o esclarecimento de dúvidas por parte dos participantes. Durante as aulas, serão disponibilizados materiais de apoio, como legislação atualizada, bibliografia básica, jurisprudência relevante e exemplos concretos de casos para análise. Esses materiais auxiliarão os participantes a aprofundar seu entendimento e embasar suas discussões e debates. Essa abordagem permitirá uma discussão mais aprofundada e uma troca de experiências enriquecedora.

3. PÚBLICO-ALVO: Defensoras e Defensores públicos estaduais e distrital associadas e associados da ANADEP e ouvidoras e ouvidores das Defensorias Públicas dos Estados e do DF.

4. CARGA HORÁRIA: 12h30min/aula - com certificação, desde que cumprida carga horária mínima de 4 aulas (10h/aula). As (os) participantes



deverão preencher a lista de presença que será disponibilizada no chat do Zoom durante o horário das aulas.

5. **TOTAL DE AULAS:** 5 aulas (SEGUNDAS-FEIRAS – 19h às 21h30).

6. **PERÍODO DE AULAS:** 02/10; 09/10; 16/10; 23/10 e 30/10.

7. **MODALIDADE:** Ead – pela plataforma ZOOM.

8. **VAGAS:** 150 vagas para defensoras e defensores públicos estaduais e distrital associadas e associados da ANADEP. 15 vagas para Ouvidoras e Ouvidores das Defensorias Públicas dos Estados e do DF.

OBS.: as inscrições das Ouvidoras e Ouvidores deverão ser solicitadas através do e-mail anadep@anadep.org.br. Enviar nome completo, e-mail e declaração da Defensoria Pública comprovando o vínculo e cargo na instituição. As vagas serão preenchidas por ordem de solicitação a partir do recebimento da documentação completa.

9. **PERÍODO DA INSCRIÇÃO:** 19/09 a 28/09/2023 (até 12 horas de Brasília).

10. **MAIS INFORMAÇÕES:** através do e-mail anadep@anadep.org.br com assunto "ENADEP – Curso Meio Ambiente".

11. **PROGRAMAÇÃO:**

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	CONVIDADOS/AS
02/out	18h45	Abertura	Rivana Ricarte (Presidente da ANADEP)
			Cristiano Matos de Santana (Diretor da ENADEP)
			Soleane Manchineri (Ouvidora DPE/AC)



DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	CONVIDADOS/AS	TEMA
02/out	19h às 21h30	Aula 1: Direito Climático	Palestrante: Tiago Fernstenseifer (DPE/SP)	Direito Internacional Climático: A Carta do Clima da ONU. Direito Constitucional Climático e legislação correlata.
			Palestrante: Eneas Xavier de Oliveira (NETI-USP/LACLIMA)	As agendas políticas nas Conferências do Clima.
			Palestrante: Angela Mendes (Comitê Chico Mendes)	As salvaguardas das comunidades extrativistas.
			Debatedora: Isabela do Amaral Sales (DPE/AM)	
			Moderadora: Thalita Veronica Gonçalves e Silva (DPE/SP)	

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	CONVIDADOS/AS	TEMA
09/out	19h às 21h30	Aula 2: Direitos Humanos e Mudanças Climáticas	Palestrante: Diego Pereira (AGU)	O impacto das mudanças climáticas nas populações em situação de vulnerabilidade. Desastres ambientais e justiça climática.
			Palestrante: Ana Claudia Sanches Baptista (Pólis)	Justiça climática e infraestruturas urbanas.
			Palestrante: Nathalia Dutra (NYU)	Os pedidos de opinião consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Internacional de Justiça sobre emergência climática e direitos humanos.
			Debatedor: Rafael Alcoforado (DPE/PE)	
			Moderadora: Viviane Sanchez Carvalho (DP/RJ)	

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	CONVIDADOS/AS	TEMA
16/out	19h às 21h30	Aula 3: Estratégias Jurídicas e Instrumentos de Proteção do Meio Ambiente e Justiça Climática	Palestrante: Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior (Advogado)	Mecanismos de participação popular na gestão do meio ambiente.
			Palestrante: Camila de Sousa Medeiros Torres Watanabe (DPE/SP)	Participação popular, intervenção nos licenciamentos ambientais e gestão democrática de áreas protegidas.
			Palestrante: Rafael Freiria (UNICAMP)	Temas e pesquisas promovedoras de sustentabilidade - perspectivas em termos de políticas e direitos ambientais e climáticos.

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	CONVIDADOS/AS	TEMA
23/out	19h às 21h30	Aula 4: Políticas Públicas e Justiça Climática	Palestrante: Carlos Bocuhy (PROAM)	Integração de Políticas Públicas para o enfrentamento das Mudanças Climáticas.
			Palestrantes: Gabriel Mantelli (Conectas)	Transição Energica Justa.
			Palestrantes: Thaynah Gutierrez Gomes (Conectas)	
			Palestrante: Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II (DPE/SP)	Política Nacional de Resíduos Sólidos.
			Palestrante: Liza Andrade (ONDAS)	Direitos humanos à água e saneamento.
			Moderador: Eduardo Chow De Martino Tostes (DPE/RJ)	



DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	CONVIDADOS/AS	TEMA
30/out	19h às 21h30	Aula 5: Litígios Climáticos Baseados em Direitos Humanos	Palestrante: Ciro Brito (ICS)	Litigância climática internacional. Análise de casos concretos de litígios climáticos baseados em direitos humanos.
			Palestrante: Andreia Macedo Barreto (DPE/PA)	Litigância climática pela Defensoria Pública: o caso dos projetos de crédito de carbono em territórios tradicionais no estado do Pará.
			Palestrante: Brett Spiegel (Phi Finney McDonald)	O caso dos habitantes da ilha do Estreito de Torres contra o governo federal australiano.
			Moderadora: Thalita Veronica Gonçalves e Silva (DPE/SP)	

12. QUEM SÃO OS (AS) PALESTRANTES:

Ana Sanches: mulher negra, praiana e de origens periféricas. Atua como ativista na Rede Antirracista Quilombação e na Rede por Adaptação Antirracista pensando em intersecções sociais, raciais e ambientais nas cidades brasileiras. Atualmente está como assessora de projetos no Instituto Pólis e cursando doutorado no programa de Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP-LESTE), pesquisando sobre questões socioambientais e relações étnico-raciais, com foco em mulheres negras. Possui mestrado em Ciências na linha de Saúde Ambiental pela Faculdade de Saúde Pública da USP e graduação em Turismo.

Andreia Macedo Barreto: Defensora Pública do Estado do Pará (2011-Atual). Concluiu o curso de Graduação em Direito (2004), Mestrado em Direito, área de Concentração "Direitos Humanos" (2007) e Doutorado em Direito, área de concentração "Direitos Humanos" (2011), todos no Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (Brasil). Concluiu o Pós-doutorado (2018) no Programa Democracia e Direitos Humanos, organizado pelo lus Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra, em Portugal. Integra o Conselho Editorial da Editora Juruá e é parecerista do Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação (CONSINTER). Foi agraciada com a Medalha de Direitos Humanos "Paulo Frota", conferida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (2017). Recebeu Menção Honrosa da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará (2017). Possui experiência nas áreas: Direitos Humanos, Agrário, Ambiental e Civil, com publicações de artigos e colaboração em livros nestas áreas.

Angela Mendes: coordenadora do Comitê Chico Mendes, militante e ativista socioambiental, tecnóloga em gestão ambiental, fellow Ashoka, Conselheira do Memorial Chico Mendes e da revista Xapuri Socioambiental.



Brett Spiegel: is a senior class action litigator with over 20 years of legal experience, and a commitment to bringing justice to those hurt by corporate malfeasance. A qualified lawyer in Australia and the United States, Brett has prosecuted complex and challenging cases in the fields of public health, mass tort, institutional abuse, the environment, and shareholder claims, achieving over \$400m in judgments and settlements. His Australian class action experience includes claims in respect of Thalidomide, Vioxx, Manus Island, Brookland Greens, and Fairbridge Farm School, and a number of shareholder class actions. Brett represents Torres Strait Islanders in the *Pabai v Commonwealth* climate class action. In addition to his experience at a large Australian plaintiff law firm and a U.S. commercial law firm, Brett served as a Trial Lawyer for the U.S. Department of Justice, where he worked on the landmark case of *U.S. v Philip Morris*, and as a Counsel to the U.S. Senate Judiciary Committee.

Camila de Sousa Medeiros Torres Watanabe: Defensora Pública do Estado de São Paulo. Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Professora de Pós-Graduação. Graduada em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, com estudos integrados na Université Lumière Lyon. Autora de obras e artigos jurídicos sobre tutela coletiva e meio ambiente. Foi procuradora autárquica, com experiência em licenciamento ambiental e gestão de áreas protegidas.

Carlos Bocuhy: Mestre em Gestão Ambiental pela FGV; Especialização em Economia das Mudanças Climáticas pela Universidade de Oxford (Reino Unido), Membro do Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário; Presidente do PROAM-Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental; foi coordenador do Programa Metrôpoles Saudáveis com apoio da Organização Mundial da Saúde (OPAS-OMS); Ex-Conselheiro do CONAMA-Conselho Nacional do Meio Ambiente; Integrou a Delegação Brasileira nas Conferências Climáticas das Nações Unidas COPS 20 (Lima-Peru) e 21 (Paris-França).

Ciro Brito: Advogado. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UFPA, com período de estudos no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Graduado em Direito pela UFPA, com período de estudos na Peking University. É analista sênior de Políticas do Clima no Instituto Socioambiental, fellow no China Legal Project do Center for Transnational Environmental Accountability e coordenador do GT Amazônia da Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action. É Conselheiro subseccional da OAB Santarém e membro da Comissão Especial OAB na COP 30 da OAB Pará. Foi coordenador da Rede Jurídica da Amazônia no Instituto Clima e Sociedade, consultor de questões fundiárias do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão e professor de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e da Universidade da Amazônia (Unama).

Diego Pereira: Assessor da Presidência da República. Procurador Federal (AGU). Doutorando em Direito (UnB). Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB. Autor de “Vidas Interrompidas pelo mar de lama” (Lumen Juris, 3ª ed. 2023). Pesquisa



e escreve sobre clima, justiça climática, racismo ambiental, desastres, barragens e políticas públicas.

Eneas Xavier de Oliveira:

Gabriel Mantelli: Assessor do programa de Defesa dos Direitos Socioambientais da Conectas Direitos Humanos. Coordenador do GT Justiça Climática da LACLIMA. Doutorando em Direito pela USP. Mestre em Direito e Desenvolvimento pela FGV. Graduado em Direito pela USP.

Liza Andrade: Professora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Extensão Periférico, trabalhos emergentes; vice-líder do Grupo de Pesquisa Água e Ambiente. Coordenadora do projeto Brasília Sensível à Água. Coordenadora da Residência Multiprofissional CTS - Habitat, Agroecologia, Saúde Ecosistêmica e Economia Solidária. Membro do BrCidades e do Conselho de Orientação do ONDAS.

Nathalia Dutra:

Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II: Defensor Público do Estado de São Paulo. Membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, Consumidor, Urbanístico e Ambiental. Especialista em Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade (PUC-SP/2016). Mestre (2020) e atualmente Doutorando em Direito no Núcleo Pesquisa de Direitos Difusos da PUC – SP, pesquisando sobre a temática dos resíduos sólidos.

Rafael Freiria:

Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior: Advogado, Especialista em Direito Ambiental pela PUC-MG, Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa, Professor de Direito Ambiental em cursos de graduação e pós-graduação, Coordenador do Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão. Foi presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão, além de Secretário de Estado de Justiça e Cidadania. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Maranhense de Ciências e da Academia Maranhense de Cultura Jurídica, Social e Política. É doutorando em Direito pela PUC-RS.

Thaynah Gutierrez Gomes: 24 anos, nascida e criada na periferia do extremo da zona leste da cidade de São Paulo. É formada em administração pública pela FGV-EAESP e atualmente, trabalha na Conectas Direitos Humanos enquanto assessora de projetos na área de Defesa dos Direitos Socioambientais. Atua diretamente nas frentes de justiça climática, e impacto das indústrias extrativistas, estando conectada com as



articulações de comunidades tradicionais, povos indígenas e do movimento negro. Na vida comunitária, atualmente apoia jovens produtores culturais independentes e agentes de religiões de matrizes africanas no desenvolvimento de projetos de educação ambiental e desenvolvimento de hortas urbanas e quintais produtivos.

Tiago Fernstenseifer:

13. QUEM SÃO OS (AS) DEBATEDORES (AS):

Isabela do Amaral Sales: Defensora Pública do Estado do Amazonas, coordenadora do Polo Alto Rio Negro. Mestre em Direito Ambiental pela Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia nas linhas de pesquisa Antropologia do Direito, Identidades coletivas e direitos territoriais.

Rafael Alcoforado Domingues: Graduado em Direito pela UFPB em 2012, especialista em direito civil constitucionalizado, pela UFPB, Defensor Público do estado de Pernambuco desde 2015, exercendo o cargo de subdefensor das causas coletivas desde 2018.

Jean Carlos Nunes Pereira:

14. QUEM SÃO OS (AS) MODERADORES (AS):

Andreia Macedo Barreto: Defensora Pública do Estado do Pará (2011-Atual). Concluiu o curso de Graduação em Direito (2004), Mestrado em Direito, área de Concentração "Direitos Humanos" (2007) e Doutorado em Direito, área de concentração "Direitos Humanos" (2011), todos no Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (Brasil). Concluiu o Pós-doutorado (2018) no Programa Democracia e Direitos Humanos, organizado pelo Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra, em Portugal. Integra o Conselho Editorial da Editora Juruá e é parecerista do Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação (CONSINTER). Foi agraciada com a Medalha de Direitos Humanos "Paulo Frota", conferida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (2017). Recebeu Menção Honrosa da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará (2017). Possui experiência nas áreas: Direitos Humanos, Agrário, Ambiental e Civil, com publicações de artigos e colaboração em livros nestas áreas.



Eduardo Chow De Martino Tostes: Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador do NUDECON. Mestre e Doutor pela UFF. Pós-doutorando pela UFF. Professor do quadro permanente do PPGD/UCAM. Autor do livro: “Teoria do Mínimo Vital de Água”.

Thalita Veronica Gonçalves e Silva: Defensora Pública do Estado de São Paulo; Coordenadora Temática de Direito Ambiental e Justiça Climática na Escola da Defensoria Pública do Estado; Membro do comitê permanente de Direitos Humanos da IFBPW junto à ONU; Especialista em Direitos Humanos e Acesso à Justiça pela Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

Viviane Sánchez Carvalho: iniciou sua carreira jurídica em corporate/banking (1996), antes de ingressar na DPGE/RJ (1999), onde trabalhou nas mais diversas áreas do Direito. Atualmente, é titular de uma vara cível (Capital/RJ) e também atua no GT de Segurança Alimentar e Nutricional da instituição, que recentemente alcançou assento no CONSEA. Viviane é bacharel em Direito pela UERJ (1998) e mestre (LL.M) em Direito Internacional Ambiental pela SOAS - University of London (2016), grau obtido com mérito. Ela é publicada pelo Queen Mary Law Journal, 2017, disponível no Hein Online e pela REDP da UERJ, 2020 (ambos peer reviewed). Viviane participa como juíza de um prestigiado júri simulado em Oxford desde 2016 (Price Media Law Moot Court Competition, Bonavero Institute of Human Rights, Mansfield College). Treinada nas particularidades do SIDH (2021 e 2023). Fluente em inglês, francês e espanhol. Língua nativa: português.